www.diariodamanha-pe.com.br

QUANDO NÃO SE PROCURA
CORRIGIR OS PEQUENOS
DEFEITOS RESVALA-SE
POUCO A POUCO
PARA OS MAIORES
(Imitação de Jesus Christo)

Diário da Manhã

O mais lido
Fundado em 16 de Abril de 1927

PREÇO
R$ 1,00
08
PÁGINAS

Fundador: Carlos de Lima Cavalcanti - Recife, sábado, 22 de fevereiro de 2025 - ANO XXIV Nº 26.761 DIRETORA: BEATRIZ GOUVEIA

Governadora Raquel Lyra assina ordem de serviço para construção de 38 creches

Cumprindo um dos compromissos de seu plano de governo, a governadora Raquel Lyra assinou, nesta quarta-feira (19), a ordem de serviço que marca o início da construção de 38 novas creches em 30 municípios de Pernambuco. A iniciativa faz parte do programa Juntos pela Educação e conta com um investimento total de R$ 185,6 milhões, em uma parceria entre a Secretaria de Educação e Esportes (SEE), a Secretaria de Projetos Estratégicos (Sepe) e a Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab). A vice-governadora Priscila Krause também participou da agenda.

"Nosso compromisso é construir 250 creches em Pernambuco. Nós vamos entregá-las mobiliadas para os municípios e vamos pagar o primeiro ano de funcionamento delas até que venham recursos do governo federal. Isso só se fez pela confiança dos prefeitos e prefeitas, que assinam com a gente um convênio, que acreditam na nossa proposta de fazer a diferença em Pernambuco, garantindo crianças na escola desde cedo", afirmou a governadora Raquel Lyra.

Ao todo, serão 10 mil novas vagas para crianças com idade entre 4 meses e 5 anos e 11 meses. Os novos centros de educação infantil terão um formato acessível e moderno, com espaços projetados para oferecer a melhor estrutura de aprendizado desde os primeiros anos de vida. Cada unidade contará com 10 salas de aula, além de áreas administrativa, educacional, de serviço e lazer, todas interligadas por um grande pátio central que servirá também como refeitório.

O secretário de Educação, Gilson Monteiro, destacou a importância da integração entre as secretarias para a execução do projeto. "A gente vem construindo, de forma muito conjunta e colaborativa, um processo que vai beneficiar toda a comunidade escolar e todos os municípios. Eu não poderia deixar de saudar todas as secretarias envolvidas nesse processo, que fizeram acontecer um momento grandioso e de muita satisfação. Então o Governo de Pernambuco está integrado para realizar um momento tão forte e tão significativo para todos nós. Essa será uma entrega importante para as nossas crianças", afirmou.

Os terrenos onde as creches serão construídas têm 60x40 metros, com área construída de 1.410,07 m² por unidade, garantindo a infraestrutura necessária para o bom funcionamento



dos centros. Nesta primeira rodada, serão beneficiados 10 municípios da Região Metropolitana do Recife, 12 do Agreste, 5 da Zona da Mata e 3 do Sertão.

Proporcionando um ambiente adequado para o desenvolvimento das crianças, as creches serão cercadas por áreas verdes que incentivam a integração com a natureza e ainda contarão com o uso de energia renovável e soluções para o reuso de água, reforçando o compromisso com a sustentabilidade.

Para o prefeito de Jaboatão dos Guararapes, Mano Medeiros, a obra reforça a importância do apoio do governo estadual às prefeituras. "É um desafio muito grande para todo prefeito a construção de creches, porque sozinhos não conseguimos fazer. Agradeço, em nome de todos os prefeitos, a iniciativa do Governo do Estado de nos contemplar nessa primeira leva e sei que muitos mais municípios serão beneficiados em breve", declarou Medeiros.

O deputado estadual Joãozinho Tenório também falou sobre como o investimento do governo ajuda os municípios. "Sei da importância das creches que servem não apenas como um local para a mãe deixar seu filho e ir trabalhar, mas como um local com segurança, com dignidade", afirmou o deputado.

A obra foi dividida em nove lotes, com cada um sob responsabilidade de uma empresa vencedora da licitação. O diretor-presidente da Cehab, Paulo Lira, explicou como será a distribuição das obras e a estratégia para otimizar a fiscalização.

"Para esse primeiro lote, a escolha dos municípios buscou uma proximidade entre as cidades para que a gente pudesse ter uma melhor dinâmica na evolução e na fiscalização das obras, uma vez que a Cehab é a companhia responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização da construção dessas creches. Isso facilita para que a gente tenha uma dinâmica e uma velocidade maior para a entrega dessas obras, cujo prazo de execução é de 12 meses", explicou.

JUNTOS PELA EDUCAÇÃO – O programa Juntos pela Educação tem como objetivo a criação de 60 mil vagas em creches e pré-escolas até 2026, por meio de parcerias com os municípios. Como parte do compromisso do Governo do Estado com a educação infantil, o primeiro ano de funcionamento das unidades será totalmente custeado pelo Estado, sendo a gestão posteriormente transferida para as prefeituras.

Com um investimento total de R$ 1,96 bilhão, a iniciativa prevê a construção de aproximadamente 250 creches, incluindo a execução das obras, aquisição de mobiliário e equipamentos, além do custeio do primeiro ano de funcionamento.

O segundo lote de unidades já está em processo licitatório, com edital publicado em 21 de janeiro deste ano. Nessa etapa, serão investidos R$ 303,9 milhões para a construção de 52 novas creches, distribuídas em 43 municípios, criando 15 mil novas vagas. A previsão é de que o processo licitatório seja concluído até abril de 2025.

Participaram da solenidade os secretários estaduais Ana Maraíza (Administração); Rodrigo Ribeiro (Projetos Estratégicos); Coronel Hercílio Mamede (Casa Militar); João Salles (Assessoria Especial à Governadora e Relações Internacionais – em exercício); Túlio Vilaça (Casa Civil) e André Fonseca (secretário executivo de Habitação). Também estiveram presentes os deputados estaduais Socorro Pimentel, Romero Sales Filho, France Hacker, Joaquim Lira, Jeferson Timóteo, Wanderson Florêncio, Luciano Duque, João Paulo, Kaio Maniçoba, Henrique Queiroz Filho, Doriel Barros, Gustavo Gouveia, Izaías Régis, Simone Santana, Adalto Santos, Antonio Moraes, Débora Almeida e Aglailson Victor.

Todas as cidades contempladas foram representadas, e acompanharam o evento os prefeitos Roberto Asfora (Brejo da Madre de Deus); Henrique de Oliveira (Paranatama); Eder Waltter (Vicência); Beto do Sargento (Belém de Maria); Rodrigo Pinheiro (Caruaru); Dona Graça (Catende); Jogli Uchôa (Araçoiaba); Mirella Almeida (Olinda); Diego Cabral (Camaragibe); Diógenes Patriota (Tuparetama); Dr. Ismael (Santa Cruz da Baixa Verde); Duguinha Lins (São Joaquim do Monte); Zé Elias Filho (Calçado); Edmilson Cupertino (Moreno); Janjão (Bom jardim); Paulo Galvão (Ilha de Itamaracá); Márcia Conrado (Serra Talhada); George de Sidney (Granito); Alexandre Batité (São Bento do Una); Dra. Cátia (Jataúba); Professora Elcione Ramos (Igarassu); Lula Cabral (Cabo de Santo Agostinho); Lucielle Laurentino (Bezerros); Talita de Doda (Camutanga); e os vice-prefeitos Arleide Guerra (Timbaúba); Paulo de Necão (Taquaritinga do Norte) e Joaquim Júnior (Triunfo). Outros presentes foram os vereadores do Recife Davi Muniz e Alef Collins.

Lista de municípios beneficiados

Araçoiaba; Belém de Maria; Belo Jardim; Bezerros; Bom Jardim; Brejo da Madre de Deus; Cabo de Santo Agostinho; Calçado; Camaragibe; Camutanga; Caruaru (4); Catende; Garanhuns (2); Igarassu (2); Ilha de Itamaracá; Ipojuca; Jaboatão dos Guararapes (3); Jataúba; Moreno; Olinda; Paranatama; Recife; São Bento do Una; São Joaquim do Monte; Serra Talhada (2); Taquaritinga do Norte; Timbaúba; Triunfo; Tuparetama; Vicência.

Fonte: Imprensa PE
Foto: Janaína Pepeu/Secom

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje


Dólar Comercial : 5,1620


Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

Nenhum país eliminou desigualdade entre homens e mulheres, diz ONU

Trinta anos após Declaração de Pequim, nenhum país conseguiu eliminar completamente as desigualdades entre homens e mulheres e cumprir todas as medidas estabelecidas no compromisso internacional, diz a ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas destinada a promover o empoderamento de mulheres e a igualdade de gênero. Ao todo, 189 países, entre os quais o Brasil, se comprometeram, em 1995, a reduzir tais desigualdades.

"Nenhum país do mundo alcançou a plena igualdade de gênero, mesmo aqueles que a gente vê como sendo os mais avançados, que estão no topo dos índices de igualdade de gênero", afirmou a representante interina de ONU Mulheres no Brasil, Ana Carolina Querino.

Segundo Ana Carolina, o principal impedimento para que os países desenvolvam ações efetivas e consistentes é o orçamento.

"A primeira e grande, e que segue sendo a principal barreira para se alcançar a igualdade de gênero, é a questão do financiamento. Não basta ter políticas, não basta ter sistemas, não basta ter uma estrutura se não se alimenta essa estrutura com os insumos adequados, com recursos humanos adequados e com o financiamento", afirmou.

Ela ressaltou ainda que o tema precisa se tornar uma política de Estado, que não esteja sujeita às alternâncias de governo.

"Não é um governo específico que vai ser capaz de resolver os problemas de todas as mulheres que estão naquele país. É preciso que haja uma continuidade, um compromisso contínuo e um compromisso de estado. Só isso pode garantir a eficiência e a eficácia."

Ana Carolina participou nesta terça-feira (18) do lançamento do relatório Revisão de Políticas Públicas para Equidade de Gênero e Direitos das Mulheres, elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O relatório reúne as diversas iniciativas, programas, políticas públicas, estudos e auditorias realizados no Brasil ao longo dos últimos 30 anos, com o objetivo de garantir os direitos das mulheres.

O relatório, que foi lançado em webinário no canal do TCU no YouTube, é parte do monitoramento no Brasil da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim firmados na 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em 1995. A Declaração de Pequim é um marco global de políticas e um plano de ação para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas em todo o mundo.

Na Plataforma de Ação de Pequim, são definidas 12 áreas, com estratégias e objetivos para serem cumpridos. Entre as áreas estão: educação, saúde, meio ambiente, violência contra as mulheres, mulheres no poder e mulheres e pobreza.



Desafios brasileiros

O relatório do TCU mostra que o o Brasil tem "amplo arcabouço legal, incluindo diversas convenções internacionais ratificadas pelo país, além de dispositivos constitucionais e infraconstitucionais", que garantem o direito das mulheres. Na prática, porém, há ainda diversos desafios para colocar as normativas em vigência.

Entre os desafios, estão a continuidade das políticas públicas voltadas para as mulheres e o monitoramento da execução e dos resultados delas, assim como a produção de dados sobre as desigualdades de gênero, para que as ações desenvolvidas sejam aprimoradas.

O relatório aponta a necessidade de as políticas voltadas para mulheres serem transversais, ou seja, abranger diversas áreas, e interseccionais, levando em consideração as muitas realidades socioeconômicas, raciais, entre outras, das mulheres brasileiras.

O orçamento também é uma das questões destacadas. Os dados do documento mostram que, em 2022, ocorreu a menor alocação de recursos federais para o enfrentamento da violência contra a mulher, havendo também baixa execução orçamentária e redução do escopo das ações implementadas.

Entre 2019 e 2022, foram autorizados R$ 68,22 milhões para enfrentamento da violência contra a mulher, no entanto, apenas R$ 35,34 milhões (51,8%) foram de fato liquidados. Apenas no exercício de 2022, o crédito autorizado foi de R$ 950 mil, mas não houve nenhuma liquidação de recursos.

Ao longo dos últimos anos, o TCU aponta a criação do Ministério das Mulheres, em 2023, como fato positivo, já que as políticas voltadas para as mulheres abrangem várias áreas, como educação, saúde, justiça, segurança e outras, necessitando de um órgão que possa centralizar a articulação e fomentar as ações. Antes da criação do ministério, esse papel coube a pastas mais amplas,como o Ministério dos Direitos Humanos, criado em 2017, que era voltado para diversas outras ações.

A assessora especial do Ministério das Mulheres, Isís Taboas, que também participou do lançamento do relatório, disse que é preciso lutar para que, em tempos de crise, os direitos das mulheres não retrocedam.

"Hoje, 30 anos após a Declaração de Pequim, é preciso cuidar e lutar para que a crise ideológica que enfrentamos no mundo, crise que tem seus representantes e seus líderes questionando a igualdade entre homens e mulheres, questionando a necessidade das mulheres estarem equitativamente nos espaços de poder, questionando o reconhecimento da nossa diversidade, da nossa pluralidade, questionando a linguagem inclusiva, não retroceda em diretos que já foram conquistados. Não só não podermos retroceder, como precisamos avançar e avançar rápido", ressaltou.

Rankings internacionais

As mulheres representam 51,2% da população brasileira, de acordo com dados do terceiro trimestre de 2024 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda assim, a desigualdade de gênero é um problema estrutural que se manifesta em várias dimensões da vida social, econômica, política e cultural, refletindo em discriminação, violência, acesso limitado a recursos econômicos e disparidades em participação política, salários, emprego, educação e saúde.

Quanto à diferença salarial entre homens e mulheres, o Brasil fica em 117º lugar no ranking do Global Gender Report, em um total de 146 países. Segundo a Pnad Contínua 2019, as mulheres recebem cerca de 77,7% da renda dos homens.

O país ocupa ainda a 94ª posição em um ranking de 191 países no Índice de Desigualdade de Gênero (GII), medida que reflete a desigualdade de realização entre mulheres e homens em três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho. Esse indicador é usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Os dados são de 2021/2022.

Para o Pnud, além de ser um direito humano básico, acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres e meninas "é fundamental para acelerar o desenvolvimento sustentável, tendo em vista que o empoderamento feminino tem efeito multiplicador e ajuda a promover o crescimento econômico e o desenvolvimento em nível mundial", diz o relatório.

No Global Gender Gap Index (Indicador Global de Desigualdade de Gênero), do Fórum Econômico Mundial, dentre 146 países, o Brasil ocupa as seguintes posições nos aspectos analisados: 94º em participação e oportunidade econômica; 85º em atingimento educacional; 85º em saúde e sobrevivência e 104º em empoderamento político.

Fonte: Agência Brasil

Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

Diário da Manhã
O mais lido
Fundado em 16 de Abril de 1927
FUNDADOR: CARLOS DE LIMA CAVALCANTI

DIRETORA SUPERINTENDENTE E REDATORA CHEFE BENITA GOUVEIA DE MEIRELLES

DIRETORA PRESIDENTE BEATRIZ F. DE GOUVEIA

DIRETOR COMERCIAL HELENO F. GOUVEIA FILHO

RUA BARROS BARRETO, Nº 16 - SANTO AMARO - RECIFE-PE

AS MATÉRIAS E /OU ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONDIZENDO , NECESSARIAMENTE, COM A OPINIÃO DO JORNAL. OS COLABORADORES NÃO TEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O JORNAL

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife
26°
22°

DM - Dolar hoje
Dólar Comercial : 5,1620
Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Corte Interamericana condena Brasil por omissão na morte de sem-terra

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) condenou o Estado brasileiro por omissão na investigação do assassinato do trabalhador rural Manoel Luis da Silva, morto a tiros por funcionários de uma fazenda, em maio de 1997, na Paraíba.

Para a Corte, o país é responsável pela demora no esclarecimento dos fatos, falta de punição aos responsáveis e por violar o direito da família à verdade.

A Corte é a instituição judicial regional autônoma encarregada de aplicar e interpretar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), da qual o Brasil é signatário.

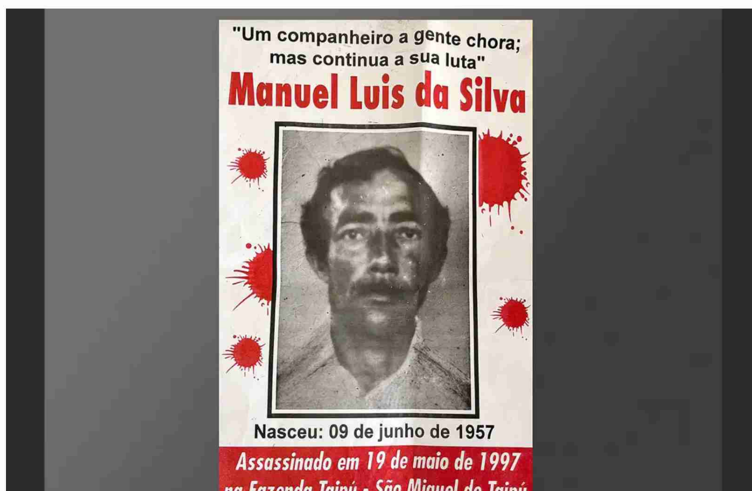
"Em sua sentença, a Corte Interamericana de Direitos Humanos declarou a responsabilidade internacional do Estado brasileiro pela falta de devida diligência e pela violação da garantia de prazo razoável no processo penal iniciado em decorrência do homicídio do trabalhador rural Manoel Luis da Silva", notificou a presidente da Corte IDH, a juíza Nancy Hernández López, ao anunciar a decisão na tarde desta terça-feira (18).

A sentença reafirma a conclusão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que, ao submeter o caso à Corte, em novembro de 2021, disse que o Estado brasileiro "descumpriu o dever de investigar, com a devida diligência, o assassinato da vítima".

Para os seis juízes que julgaram o caso, "o homicídio do senhor da Silva ocorreu em um contexto de violência contra trabalhadores rurais e defensores dos direitos dos camponeses ao acesso à terra, sobre o qual esta Corte já se pronunciou".

"Nesse sentido, no presente caso, ficou estabelecida a responsabilidade internacional do Estado pela falta de devida diligência por parte das autoridades estatais em relação às falhas e omissões durante o trâmite do processo penal, à violação da garantia do prazo razoável e à violação do direito à verdade."

Em virtude da sentença, a Corte determinou que o Brasil implemente várias medidas de



reparação, entre elas:
- realização de um ato público no qual reconheça sua responsabilidade pela violação aos direitos da família de Silva à verdade e à integridade pessoal da vítima,
- compilar e dar publicidade a informações relativas à violência contra trabalhadores rurais na Paraíba,
pagar uma indenização à viúva e aos dois filhos de Silva, que também terão, se necessário, acompanhamento médico, psicológico e psiquiátrico

A Corte acompanhará o cumprimento da sentença e, ao fim do primeiro ano da promulgação da decisão, o Estado brasileiro deverá apresentar um balanço das ações implementadas.

Entenda o caso

Silva foi assassinado em 19 de maio de 1997, em São Miguel de Taipu, município da Paraíba localizado a cerca de 50 quilômetros da capital do estado, João Pessoa. Ele tinha 40 anos, integrava o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e participava da ocupação da Fazenda Amarelo, de propriedade de Alcides Vieira de Azevedo. Ao morrer, deixou a esposa, Edileusa Adelino de Lima, grávida de 2 meses, e um filho de 4 anos.

Segundo testemunhas, pouco antes do crime, Silva e alguns companheiros afastaram-se da ocupação para fazer compras em uma mercearia próxima. Na volta, foram abordados por funcionários de uma propriedade vizinha, a Engenho Itaipu, já então submetida a um processo de desapropriação para fins de reforma agrária.

Conforme o resultado da investigação policial e a posterior denúncia do Ministério Público da Paraíba (MP-PB), os trabalhadores que abordaram o grupo estavam armados com espingardas de grosso calibre e agrediram os sem-terra antes de disparar o tiro que atingiu Silva.

O MP-PB denunciou duas pessoas pela morte de Silva: o agricultor José Caetano da Silva e o vaqueiro Severino Lima da Silva, de 53 anos. Os dois só foram julgados em 2009, 12 anos após o crime. E mesmo reconhecendo que Caetano e Lima participaram do assassinato do trabalhador rural sem terra, os jurados absolveram os acusados.

Já em 2003, ou seja, seis anos antes da absolvição dos dois acusados, três organizações sociais – a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Justiça Global e a Dignitatis – denunciaram o Estado Brasileiro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, acusando-o de omissão e de falhas na investigação e na ação penal, bem como nas ações preventivas contra a violência no campo.

A CIDH admitiu a denúncia em 2006 e, em 2021, enviou o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos, solicitando a responsabilização internacional do Brasil. Em fevereiro de 2024, o governo federal reconheceu que o Estado brasileiro falhou em relação à demora no andamento processual e pediu desculpas públicas aos familiares de Silva perante os juízes da Corte IDH.

"O Estado brasileiro, assim, reafirma sua plena disposição em honrar os compromissos assumidos internacionalmente quanto à Convenção Americana sobre Direitos Humanos e com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos", informou o governo federal, em nota oficial divulgada na ocasião.

A manifestação governamental, contudo, não foi suficiente para a CIDH. "Ao analisar o caso, a Corte considerou que era possível identificar vários fatos que refletiam a falta de devida diligência na investigação do caso, tais como: a falta de consideração de outras linhas de investigação, incluindo a relativa à participação de agentes estatais; a ausência de diligências para identificação e busca dos possíveis autores material e intelectual do delito; a ausência de diferentes diligências probatórias; diferentes erros manifestos no tramitação do caso que resultaram em nulidades processuais; e a falta de consideração do contexto de violência contra trabalhadores rurais em que os eventos ocorreram", explicitou a CIDH em um comunicado divulgado hoje.

Em nota, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania informou que "em respeito aos compromissos reforçados internacionalmente, o Estado brasileiro reafirma sua plena disposição de honrar as obrigações junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos e ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Sendo este um caso de violência no campo, o MDHC tem adotado diversas medidas para promover a democratização do acesso à terra e combater a violência rural. Como resultado, muitas das reparações solicitadas pela Comissão Interamericana e pelos representantes das vítimas já estão em andamento no país".

Fonte: Agência Brasil
Foto: Acervo da Família

Heleno F. Gouveia Filho
Beatriz F. de Gouveia

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO



DM - Dolar hoje


Dólar Comercial : 5,1620

Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Bicicleta do Samba recebe Os Liberais na 4ª concentração do Circuito Calçadão da Rua de Nazaré

No embalo das tardes/noites de sábado, a brincadeira enraizada no Centro Histórico de São Luís recebe uma das mais tradicionais agremiações carnavalescas dos blocos organizados, Os Liberais super campeão da Passarela do Anel Viário

Uma festa para preparar os foliões para os dias oficiais do carnaval brasileiro. Assim é o final de semana magro que antecede a festa mais popular do Brasil. E para apimentar ainda mais o Circuito Calçadão da Rua de Nazaré, no Centro da cidade de São Luís, o Bloco Organizado Os Liberais marca presença no circuito da Bicicletinha para uma apresentação digna de sua galeria de títulos conquistados na sua categoria na Passarela do Anel Viário.

Bicicleta do Samba – E nessa junção artística do samba, a Bicicletinha dando o tom para mais uma prévia carnavalesca regada a muita música maranhense, frevos, marchas, sambas enredos que fizeram e fazem parte da cultura nacional.

Uma tradição dos antigos carnavais misturada em música às mais recentes invenções carnavalescas da capital, tais como o Jegue Folia, Bicho-Terra, Máquina de Descascar Alho, Confraria do Copos, dentre outras do passado sempre presente como: Turma de Mangueira, Turma do Quinto, Flor do Samba, Favela do Samba no rol das tradições momescas.

Mais ingredientes culturais se misturando nessa forte presença rítmica cheia de animação, que contagia as ruas de São Luís. Uma Bicicleta do Samba que promete agitar também os dias oficias do carnaval em São Luís, mostrando a população que o Carnaval 2025 tem tudo para ser um dos mais alegres do país.





"Será uma festa maravilhosa, esperamos receber os foliões como muita alegria nessa quarta aparição da Bicicletinha. O Circuito Calçadão da Rua de Nazaré trouxe uma atmosfera diferenciada aos frequentadores das tardes/noites de sábado no coração da cidade de São Luís, o circuito entre as praças João Lisboa e Benedito Leite.

Os Liberais

Fundado em 1980 na dinâmica Comunidade do Caratatiua, o Bloco Organizado Os Liberais emergiu como um dos mais emblemáticos representantes do carnaval maranhense. Com quatro títulos conquistados ao longo dos anos, o mais recente triunfo ocorreu em 2020, quando o bloco se destacou ao apresentar o tema "Luiz Gama – o paladino da liberdade". Este enredo, inspirado pela peça do ator global Deo Garcês, foi trazido à vida pelos talentosos compositores Allysson Ribeiro e Eulálio Figueiredo, recebendo aclamação crítica e popular.

Os Liberais se destacam por sua composição jovem, atraindo participantes das regiões do João Paulo e do Caratatiua. Com o amarelo e o preto como suas cores predominantes, o bloco canaliza a mistura vibrante de energia juvenil e espírito festivo, resgatando tradições culturais e imbuindo-as de uma nova vitalidade. Isso fez do bloco uma expressão autêntica da comunidade local, refletindo sua diversidade e paixão.

Além de sua equipe dedicada, que conta com a liderança de Eudes Filho como presidente, Zé Raimundo como mestre de bateria, e a presença inspiradora de Dr. Hélio Braga como presidente de honra, Os Liberais se mantêm na vanguarda do cenário carnavalesco maranhense. O bloco projeta não apenas uma identidade cultural, mas também um compromisso contínuo de inovação e integração comunitária.

Texto: Gutemberg Bogéa
Fonte:jpturismo.com.br
Foto: divulgação

Luiz Felipe Moura
(colaborador autônomo)

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO



DM - Dolar hoje

 Dólar Comercial : 5,1620

 Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

Seleção de DNA traz chances para crianças cegas

A terapia consiste em uma injeção de cópias saudáveis do gene AIPL1 na retina. Essas cópias são transportadas em um vírus inofensivo, o que permite que o material genético penetre nas células retinianas e substitua a parte defeituosa



Quatro crianças tiveram grande melhora na visão após serem tratadas com um novo medicamento genético. O editor de DNA foi desenvolvido pelo Instituto de Oftalmologia da University College London e pelo Moorfields Eye Hospital, no Reino Unido. Os pequenos pacientes nasceram com uma deficiência visual grave em razão de problemas no gene AIPL1. A condição, que é uma forma de distrofia da retina, permite ao paciente ver somente a diferença entre luz e escuridão, fazendo com que eles sejam classificados legalmente como pessoas cegas. O novo tratamento busca melhorar a função das células da retina e prolongar a vida útil do órgão.

A terapia consiste em uma injeção de cópias saudáveis do gene AIPL1 na retina, na parte posterior do olho, por meio de um procedimento cirúrgico minimamente invasivo. Essas cópias são transportadas em um vírus inofensivo, o que permite que o material genético penetre nas células retinianas e substitua a parte do DNA que é defeituosa.

Para garantir a segurança do procedimento, os pacientes receberam o tratamento apenas em um dos olhos. Ao longo dos quatro anos seguintes, todas apresentaram melhorias notáveis no olho tratado, enquanto o outro perdeu visão. Os resultados, publicados na revista científica The Lancet, mostram como a terapia genética precoce pode ter um impacto transformador.

A terapia genética para outra forma de cegueira genética —- deficiência de RPE65 — já está disponível no Sistema Nacional de Saúde (NHS), da Inglaterra, desde 2020. Os novos resultados trazem esperança de que, no futuro, crianças com diferentes cegueiras genéticas possam ser tratadas.

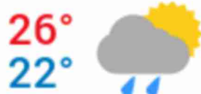
James Bainbridge, especialista em estudos da retina no Instituto de Oftalmologia da UCL e cirurgião de retina no Moorfields Eye Hospital, destacou que a deficiência visual em crianças tem um efeito devastador no desenvolvimento. "O tratamento precoce com esse novo medicamento genético pode transformar a vida das crianças mais gravemente afetadas."

Os pais de uma das crianças tratadas, Jace, nos Estados Unidos, estão entusiasmados com o tratamento. "Após a cirurgia, Jace estava imediatamente brincando, girando e fazendo as enfermeiras rirem. Ele começou a reagir à TV e ao telefone algumas semanas após a operação e, em seis meses, já conseguia reconhecer e nomear seus carros favoritos a distância. Levou algum tempo para que seu cérebro processasse as imagens que agora conseguia ver, mas ele estava muito mais ativo e animado. Além disso, o sono, que sempre foi um desafio para crianças com perda de visão, melhorou significativamente, tornando a hora de dormir muito mais tranquila."

Breno Leão, oftalmologista e docente do instituto de educação em medicina Idomed, destaca que o principal benefício do tratamento é preservar a vitalidade das células dos olhos. "As crianças que têm essa mutação genética têm células que morrem precocemente, e essas estruturas, quando morrem, não se regeneram. Então, o tratamento faz com que as células tenham uma sobrevida maior, e, em alguns casos, inclusive, o paciente mantém a visão preservada de forma funcional, de forma útil."

Fonte: correiobraziliense.com.br
Foto: Imagem por Freepik

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO



DM - Dolar hoje

 Dólar Comercial : 5,1620

 Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Hamilton diz que "não se vê pronto para parar" em caso de oitavo título com Ferrari

Lewis Hamilton está começando uma nova jornada com a Ferrari já na reta final da carreira. Ainda assim, afirmou que não está pronto para se aposentar caso conquiste o oitavo título

Já aos 40 anos de idade e com sete títulos no currículo, Lewis Hamilton está iniciando uma nova jornada com a Ferrari na Fórmula 1. No entanto, sendo um veterano do esporte e com uma carreira impecável, fugir do assunto aposentadoria é praticamente impossível. Mas, de momento, o britânico garante que não tem planos para parar, mesmo se conquistar o oitavo título.

Em entrevista ao jornal italiano Gazzetta dello Sport, Hamilton destacou que a meta principal dessa passagem por Maranello é conquistar mais um título na carreira. Porém, este não seria o objetivo final.

Além disso, também exaltou a parceria que tem formado com Charles Leclerc na Ferrari e afirmou que espera traduzir a boa relação com o monegasco em boas performances. Hamilton também elogiou a maturidade do companheiro de equipe e reconheceu que não era assim quando tinha essa idade.



"Temos um ótimo relacionamento e eu o considero um piloto muito forte. Disse isso no Bahrein, muitos anos atrás. Ele tem um futuro brilhante pela frente e tem apenas 27 anos, mas é muito maduro para essa idade, provavelmente mais maduro do que eu era aos 27", iniciou Hamilton.

"Vamos trabalhar juntos para garantir que a equipe siga na direção certa. Se eu tivesse a sorte de ganhar outro título, o que obviamente é o que estamos buscando, eu ainda não estaria pronto para parar", refletiu.

Para Hamilton, um título com a Ferrari não se resumiria em um oitavo troféu na carreira, mas sim a uma conquista inédita com a equipe, que vive uma seca de 18 anos sem vencer o Mundial de Pilotos. O último campeão foi Kimi Räikkönen, em 2007.

"Para mim, não se trata de ganhar o oitavo título. Para mim, seria o primeiro Mundial com a Ferrari. Trata-se de entrar para a história dessa equipe e tentar conquistar a primeira taça com eles", encerrou.

A Fórmula 1 se aproxima do retorno das férias. A próxima atividade é exatamente a sessão única de testes coletivos de pré-temporada, marcada para os dias 26, 27 e 28 de fevereiro, no Bahrein.

Fonte: grandepremio.com.br
Foto: Ferrari

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje


Dólar Comercial : 5,1620


Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

Haddad: 1º passo para conter inflação de alimentos é Plano Safra maior

Em entrevista nesta sexta-feira (21) ao ICL Notícias, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a primeira providência do governo federal para conter a inflação de alimentos é a expansão do Plano Safra, que apóia o setor agropecuário e oferece linhas de crédito, incentivos e políticas agrícolas aos produtores rurais.

“A primeira providência é a seguinte: vamos fazer planos safras cada vez mais robustos, maiores e melhores. E o governo [do presidente] Lula vai para o seu terceiro ano preparando um terceiro grande plano. Nós batemos dois recordes em 2023 e 2024 e queremos fazer o mesmo em 2025. Assim que o orçamento for aprovado, vamos lançar o Plano Safra para a próxima colheita e quero crer que o Brasil tem todas as condições de continuar ampliando a produção de forma adequada, sem desmatamento, que caiu vertiginosamente no país”, disse.

De acordo com o ministro, os problemas causados pela seca e as enchentes em 2024, além da manutenção dos juros americanos em patamares elevados e que impactaram o valor do dólar em todo o mundo, contribuíram para a alta da inflação no Brasil. Esses problemas, ressaltou, precisam ser contornados pelo atual governo.

“Tivemos episódios que precisam ser contornados. Tivemos problema de seca e inundação no ano passado, isso afetou. Tivemos a manutenção dos juros americanos em patamares muito elevados, o que faz com que o dólar fique muito forte no mundo inteiro. E quando o dólar está muito forte, ele causa inflação no mundo inteiro”, disse.

Durante a entrevista aos jornalistas Leandro Demori e Deborah Magagna, do ICL Notícias, Haddad ressaltou que a



expectativa parea este ano é de que haja grande safra, talvez recorde, o que deve ajudar a baixar o preço dos alimentos. “Provavelmente vamos colher uma grande safra a partir do final deste mês, começo de março. Uma grande safra, se não for a maior vai ser uma das maiores. E é assim que vamos continuar exportando muito alimento e garantindo o abastecimento interno”, garantiu.

Essa safra recorde, aliada à queda do dólar, disse o ministro, deve ajudar na queda do preço dos alimentos. “Com a queda do dólar, que começou a baixar para patamares mais aderentes aos fundamentos da economia brasileira, e com a safra que vai entrar a partir do final do mês, acreditamos que esses preços vão se estabilizar num patamar mais adequado”.

Outra medida necessária para ajudar na queda dos preços dos alimentos, disse Haddad, vem sendo tomada pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro: a expansão das produções de determinada cultura agrícola para outras regiões do país. “Ele tem feito vários instrumentos novos sobre a produção de alimentos pelo território nacional. Esse é o caso do arroz, por exemplo, que tá muito concentrado numa região e agora há uma tentativa de espalhar as culturas por vários estados. Estamos num período de crise climática. Vamos ter que lidar hoje com a questão da mudança climática, diversificando as culturas pelo território”, acrescentou.

Orçamento

Na entrevista, Haddad criticou a demora do Congresso na aprovação do orçamento. Para ele, o orçamento precisa ser aprovado o quanto antes para que o governo possa continuar subsidiando os produtores rurais. Hoje de manhã, o Ministério da Fazenda disse ter encaminhado ofício para o Tribunal de Contas da União buscando “respaldo técnico e legal para a imediata retomada das linhas de crédito com recursos equalizados do Plano Safra 24/25”.

Segundo o ministro, os juros altos acabam tornando as políticas públicas de subsídio aos pequenos e médios produtores rurais ainda mais importantes para garantir a safra. "Em geral, a gente compensa o aumento da Selic para não comprometer a produção", explicou.

Sem a aprovação do orçamento, disse o ministro, esse subsídio ao pequeno ou médio produtor se torna difícil de ser feito. “O orçamento não foi aprovado ainda. Eu, inclusive, mandei para uma das lideranças da FPA [Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária] um comunicado, dizendo que nós estamos oficiando o TCU hoje sobre esse problema da não aprovação do orçamento. Não queremos nenhuma descontinuidade das linhas de crédito [do Plano Safra]”, afirmou.

Quero crer que, aprovado o orçamento, um orçamento equilibrado, vamos ter, no médio prazo, taxas de juros menores e com sustentabilidade fiscal, sem penalizar a população que depende do Estado, inclusive os produtores que também dependem do Estado para continuar produzindo alimentos baratos”.

Governo anterior

Durante a entrevista, Haddad criticou a atuação do governo anterior durante o ano eleitoral. Para ele, o medo de perder as eleições em 2022 resultou em uso de recursos públicos sem controle para tentar ganhar.

De acordo com o ministro, isso levou a uma perda de controle sobre os gastos. Ao contrário do que, segundo ele, vem sendo feito pelo atual governo, que está melhorando a gestão de programas como o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

“Não tem nada a ver com corte, tem a ver com racionalidade e responsabilidade de garantir que isso vai ter vida longa, não vai acabar em um governo, vai virar política de Estado e ninguém vai depois relar a mão para tirar um direito social garantido por lei”, disse.

Fonte: Agência Brasil

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO



DM - Dolar hoje

 Dólar Comercial : 5,1620

 Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

INFORMATIVO-SINDAPE

SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINDAPER Fundado em 15 de fevereiro de 1989 Registro Sindical (MTE - CNES)-Nº243.330.008421/90-53 CNPJ - 24.130.684/0001-04 Endereço: Rua do Sol, 357 bairro do Carmo, OLINDA-PE. – OLINDA/PE- CEP -53.140.080 CEP- 53. 129.010 - TeleFax: (81)9.99780605 BLOG: www.sindaper.blogspot.com.br Email: sindapeorg@gmail.com NOTÍCIAS SINDICAIS - SINDAPER ******************** ÓRGÃO NOTICIOSO DO SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO- SINDAPER- PRESIDENTE BRUNO MATHEUS VICENTE DE MEDEIROS- DIRETORA DE COMUNICAÇÃO-//- MILENA MARIA MUNIZ XAVIER- CEL – 9.9442.7877 - //- SECRETÁRIO GERAL-EDWALDO GOMES DE SOUZA-CEL.9.9978.0605.- EXPEDIENTE DE ATENDIMENTO DE SEGUNDA À SEXTA FEIRA DAS 9:00 ÀS 17:00- REUNIÃO DA TERÇA-FEIRA DAS 9 AS 12 HORAS DA MANHÃ - EDIÇÃO DE 08 DE FEVEREIRO DE 2025. PUBLICAÇÃO- AOS SÁBADOS NO JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ-CEL 9.87924973 ATENÇÃO: INFORMA A DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO: O SINDICATO ESTARÁ EM BREVE NA REDE SOCIAL COM ENDEREÇO NA RUA DO SOL, 357 – OLINDA CARMO- ATENÇÃO: FILIAR-SE AO SINDAPER, É DEFENDER NOSSOS DIREITOS DE ADVOGADO/A, (ART. 8ª. III- C.F). DO ESTATUTO DO SINDAPER: -ART. 2º -IV" – INTEGRA A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA COMO ENTIDADE COMPROMETIDA COM O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, O BEM ESTAR SOCIAL. "DAS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA: "CUMPRIR E FAZER CUMPRIR O PRESENTE ESTATUTO".ART. 16ª, NOTA IMPORTANTE – O SINDICATO ENCONTRA-SE EFETIVAMENTE REGISTRADO, NA FORMA DO ESTATUTO SOCIAL, EM VIGOR, CONFORME A ATA DA REUNIÃO-DA-ASSEMBLÉIA-GERAL- EXTRAORDINÁRIA -DATADA DE 19 DE SETEMBRO/2024, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 3472 DE 04 DE OUTUBRO DE 2023 NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EMPREGO EM BRASÍLIA DF. E COM O PROTOCOLO Nº. 250669, DE 03/05/2024 E RECEITA FEDERAL, EM BRASÍLIA- DF. E DEVIDAMENTE AVERBADA NO CARTÓRIO DO 2º.REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE OLINDA/PE FRANCISCO DE QUEIROZ CAVALCANTI – OFICIAL. DA REUNIÃO DAS TERÇAS FEIRAS- NÃO HOUVE À REUNIÃO EM 14/DE/FEVEREIRO /2025 –REUNIÃO INFORMAL DAS TERÇAS-FEIRAS- VIRTUAL E PRESENCIAL ÀS 10:00-HS. AS REUNIÕES COM OS MEMBROS DA DIRETORIA EXCUTUVA- (-QUE ESTÃO SENDO REALIZADA NA SEDE DA OAB/OLINDA-) – TEMPORARIAMENTE, ENQUANTO TOMAREMOS POSSE DE NOSSA SEDE PRÓPRIA NA CIDADE DE OLINDA NA RUA DO SOL, 357- BAIRRO DO CARMO. NOTA: TEMA DA REUNIÃO=(QUE FOI REALIZADA NA TERÇA-FEIRA – 14/01/2025) ATA REGISTRADA NO 2º. CARTÓRIO DE OLINDA/PE, DEVIDO A NECESSIDADE DA ENTIDADE SINDICAL DE OBTER RECURSO ATRAVÉS DA ANUIDADE QUE SERÁ COBRADA, O MOTIVO DA REUNIÃO , FOI DE FIXAR O VALOR DE R$ 30,00 POR MENSAL, OU ANUAL EM R$ 360.00, PAGO ATRAVÉS DO PIX PERANTE O BANCO SANTANDER AGENCIA DO BRASIL= AGENCIA 4001- AV. ALFREDO LISBOA,13,BAIRRO-DO-RECIFE-CEP:50.030.160- RECIFE,EM-IGUAL FORMULÁRIO AO ANTERIOR E QUE FOI APROVADO, NESTA REUNIÃO, PELOS MEMBROS DA EXECUTIVA DO SINDAPER PRESIDIDA POR BRUNO MATHEUS VICENTE DE MEDEIROS; EDWALDO GOMES DE SOUZA- SECRETÁRIO GERAL; ERIKA PATRICIA FELIX DA SILVA, ATUALMENTE RESPONDENDO PELA TESOURARIA.–: QUE O VALOR DA ANUIDADE ACIMA EXPOSTO PARA O EXERCÍCIO DE 2025, QUE SERÁ REMETIDO AOS FILIADOS VIA CORREIOS AOS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, CUJO "OS PAGAMENTOS SERÃO EFETUADOS DA SEGUINTE MANEIRA: O DEPÓSITO A CRITÉRIO DO(A) FILIADO(A), EM QUALQUER AGÊNCIA DO BANCO SANTANDER BRASIL S/A - ANUIDADE – 2025 – VALOR RS 30,00 POR MÊS 1º.) EM ÚNICA PARCELA R$ 360,00 (EM QUALQUER DATA) // 2º. Em 2 (duas) Parcelas de R$ 180,00,00- (Meses=(JAN/FEV) a 3º. Referente aos MESES =,MAR, ABR. MAI e JUN = R$ 120,00)//4º)-Em3(três)Parcelas-de-R$.90,00,com-VENCIMENTOS: Em JUL/;AGO/;SET/;OUT/;NOV/;DEZ=2025. NA OPÇÃO DE UMA DAS MENSALIDADES – PODERÁ SER DEPOSITADA na AGÊNCIA principal do BANCO,(AGÊNCIA-(4001) AV. ALFREDO LISBOA, 13-BAIRRO do RECIFE//PE. NOTA: FORMA DE PAGAMENTO PELO PIX, 021.367.084-49 COM O VALOR EQUIVALENTE A MENSALIDADE OPTADA ou na CONTA nº. 02013703-1 sob a responsabildade da DIRETORA TESOUREIRA ERICA PATRICIA FELIX DA SILVA." AOS ADVOGADO/A/S -A Categoria Profissional Diferenciada, conforme preceitua o artigo 511 da CLT é aquela formada por empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de Estatutos Profissionais Especiais, sendo a competência da Justiça do Trabalho as Entidades Sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais. O art. 133 –Constituição Federal, o Advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. AS FUNÇÕES DO SINDICATO - As principais funções de um Sindicato são proteger, defender e apoiar os interesses comuns dos membros, atuando como um mediador entre os trabalhadores e as organizações para as quais eles/trabalham. PATRONO DA ADVOCACIA - RUY BARBOSA: "EM TODAS AS NAÇÕES LIVRES, OS ADVOGADOS SE CONSTITUEM NA CATEGORIA DE CIDADÃOS QUE MAIS PODER E AUTORIDADE EXERCEM PERANTE A SUA SOCIEDADE". FRASE CELEBRE-" "Não existe um caminho para a felicidade. A felicidade é o caminho" =..MAHATMA GANDHI TRIBUNA-DO-ADVOGADO-(A) – SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SINDAPER - NOTA ((Este espaço é reservado para o/a ADVOGADO(A) fazer valer suas prerrogativas com críticas pertinentes e reclamações a respeito do funcionamento-da- ciência-jurídica-e-o-DIREITO.))... NOSSA-OPINIÃO: É plena- Nota de Repúdio à Resolução nº 591 do CNJ "As entidades subscritoras, que historicamente lutam pela valorização da advocacia e pela preservação do Estado Democrático de Direito, vêm a público manifestar sua profunda preocupação e veemente discordância com a Resolução nº 591, recentemente editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Tal medida define que todos os processos jurisdicionais e administrativos em trâmite em órgãos colegiados poderão, a critério do relator, ser submetidos a julgamento eletrônico de forma assíncrona, com flagrante restrição à atuação plena do advogado. O advogado, assim como os próprios jurisdicionados, serão fragilizados em seu direito de acesso à Justiça. Isso representa não apenas um retrocesso na garantia do pleno exercício da advocacia, mas também um grave ataque aos pilares fundamentais que sustentam o direito de defesa e a ampla defesa, valores imprescindíveis para a realização da justiça e para a proteção dos direitos da sociedade. O advogado, enquanto indispensável à administração da justiça, é um ator fundamental na busca pela verdade, pela imparcialidade e pelo equilíbrio no sistema judicial. Qualquer tentativa de restringir ou enfraquecer sua atuação é, em última análise, uma afronta ao próprio Estado Democrático de Direito e aos valores que nos regem como nação. Diante disso, exortam o CNJ a reavaliar a Resolução nº 591, permitindo que prevaleçam o diálogo, a prudência e a preservação das garantias constitucionais, confiando no papel do CNJ como guardião da Justiça, relembrando que matéria processual é reservada ao poder legislativo." ---- XX ---- AASP / Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo-CESA/ Centro de Estudos das Sociedades de Advogados-IASP/ Instituto dos Advogados de São Paulo- MDA/ Movimento de Defesa da Advocacia-OAB-S.SP/ Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo –SINSA/Sindicato das Sociedade de Advogados dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro- SINDAPER/ Sindicato dos Advogados do Estado de Pernambuco . JUSTIFICAÇÃO: A indispensabilidade do Advogado/a na administração da Justiça. O advogado é essencial para garantir Direitos, facilitar o acesso à Justiça e promover mudanças sociais, sendo pilar fundamental de uma sociedade justa e democrática. A administração da Justiça é um dos pilares fundamentais de qualquer sociedade democrática e civilizada. Nesse contexto, o profissional advogado assume um papel de suma importância, sendo um agente indispensável para o funcionamento eficaz do sistema judiciário. A presença do advogado não apenas garante a defesa dos direitos individuais e coletivos, mas também assegura a efetividade da justiça, ao promover a ordem social e a proteção das liberdades civis. A defesa dos direitos e garantias fundamentais O Advogado é, antes de mais nada, o guardião dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos. A CF/88, em seu art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório, princípios que são concretizados pelo trabalho do Advogado. Pois sem a atuação desse profissional, muitos cidadãos poderiam enfrentar o sistema judicial desprotegidos, resultando em violação de direitos e injustiças. Os advogados também possuem a formação e o conhecimento necessário para interpretar a lei e assegurar que seus clientes recebam o tratamento justo que merecem, sendo fundamentais para a manutenção-do-Estado-de-Direito. Facilitadores-do-acesso-à-Justiça Os advogados atuam como facilitadores do acesso à Justiça, orientando e educando os cidadãos sobre seus direitos e deveres. Desempenham os advogados um papel crucial na superação de barreiras que podem dificultar a busca por justiça, como a complexidade dos trâmites legais e o desconhecimento das normas jurídicas. Ao fornecer suporte jurídico, os advogados ajudam a democratizar o acesso ao sistema judiciário, tudo para garantir que mais pessoas possam buscar e obter justiça. Segundo dados do CNJ, a presença de advogados é essencial para a redução do número de litígios, uma vez que eles propõem soluções adequadas para os conflitos, muitas vezes resolvendo disputas de forma extrajudicial. Promotores-da-Ordem-e-da-Justiça-Social Além de defender os interesses individuais, os advogados desempenham um papel socioeconômico importante na sociedade. Eles atuam em causas de interesse público, lutando por justiça social e equidade. Advogados que se dedicam ao direito ambiental, dos direitos humanos e da proteção de grupos vulneráveis impactam de forma direta a qualidade de vida da sociedade como um todo. Seu trabalho é crucial para despertar a consciência social e promover mudanças legislativas que favoreçam o bem comum. Ao se tornarem vozes de grupos marginalizados, os advogados contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Agentes-de-Transformação-do-Sistema-Judiciário Os advogados são também agentes de transformação no sistema judiciário. Com suas experiências em litígios, eles podem identificar ineficiências e lacunas nas legislações, para propor, assim, melhorias e reformas que visem a otimização dos processos judiciais. Essa atuação contribui para um sistema mais justo e eficaz, reduzindo o tempo de tramitação de processos e garantindo que as decisões sejam proferidas de maneira célere e justa. A participação ativa dos advogados nas discussões sobre reformas judiciais é essencial para que o sistema atenda de maneira eficaz às necessidades da sociedade contemporânea. Dado todo o exposto, é inegável que o advogado é um profissional indispensável à administração da justiça. Sua atuação multifacetada garante não apenas a proteção dos direitos individuais e coletivos, mas também promove o acesso à justiça, contribui para a ordem social e atua como agente transformador do sistema judiciário. A partir dessa perspectiva, é fundamental reconhecer a importância dos advogados como pilares da justiça, essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática. Portanto, valorizar a advocacia e fortalecer o acesso à defesa legal são não apenas direitos dos cidadãos, mas deveres de toda a sociedade que minimamente almeje uma justiça mais célere, mais efetiva e mais inclusiva. POR: Gilda Figueiredo Ferraz de Andrade, Advogada, sócia fundadora do Escritório Figueiredo Ferraz Advocacia. Graduação USP, Largo de São Francisco, em 1.981. Mestrado em Direito do Trabalho - USP. Conselheira da OAB/SP. Conselheira do IASP. Diretora da AATSP. OBS! Texto extraído do link: https://www.migalhas.com.br/depeso/423920/a-indispensabilidade-do-advogado-na-administracao- da-justica- MIGALHAS – nº.6031 de 04/02/2025.

NOTÍCIA- A PRESIDÊNCIA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL- Beto Simonetti é reeleito para mais três anos à frente da OAB Nacional O Advogado amazonense Beto Simonetti, atual presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi reeleito nesta sexta-feira (31/01/2025) para seu segundo mandato à frente da entidade. Candidato único, ele recebeu 100% dos 81 votos válidos e comandará a OAB até 2028. Simonetti é o primeiro presidente reeleito da OAB desde a redemocratização. A eleição foi promovida em Brasília, no auditório externo do Superior Tribunal de Justiça. Casado e pai de dois filhos, Simonetti, de 46 anos, liderou a chapa OAB de Portas Abertas, dando continuidade à sua primeira gestão. Ele entra para a história como o primeiro presidente reeleito da Entidade desde a redemocratização do Brasil. Na primeira gestão, iniciada em 2022, entraram em vigor regras como a que exige a presença de ao menos 50% de mulheres e de 30% de negros ou pardos em todas as instâncias decisórias da OAB."Ao me colocar à disposição para presidir o Conselho Federal por mais um triênio, agradeço aos colegas do período anterior por tudo o que fizeram pela advocacia. Juntos, conseguimos para a profissão leis e decisões judiciais inéditas que aumentaram as proteções legais para as prerrogativas", disse Simonetti após a eleição. "Tenho muito orgulho de ter presidido a OAB em um momento desafiador. Conduzi a Ordem para resolver os problemas do dia a dia do advogado, distante da disputa político-ideológica. Graças à união da profissão, conquistamos leis e decisões que nos ajudam a enfrentar ataques aos honorários e às prerrogativas." Currículo -Simonetti é advogado desde 2001. Ele é formado em Direito pela Universidade Nilton Lins e pós-graduado em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Entre as funções que exerceu no Sistema OAB, estão a de conselheiro federal pela OAB-AM, secretário-geral do CFOAB, coordenador nacional do Exame de Ordem Unificado, diretor-geral da Escola Nacional de Advocacia e ouvidor-geral. A posse do presidente e da nova diretoria será promovida neste sábado (1º/2), também no STJ, a partir das 9h. Além de Simonetti, compõem o comando da OAB Nacional: Felipe Sarmento (Alagoas), vice-presidente; Rose Morais (Sergipe), secretária-geral; Christina Cordeiro (Espírito Santo), secretária-geral-adjunta; e Délio Lins e Silva Júnior (Distrito Federal), diretor-tesoureiro. As cerimônias não ocorrem na sede da OAB devido à reforma em andamento após o incêndio ocorrido no ano passado. Com informações da assessoria de imprensa da OAB Nacional.- ADVOGADOS DEFEDEM GESTÃO DA OAB NACIONAL E REEILEIÇÃO DE DIRIGENTES – HONRA AO MÉRITO- O Advogado Beto Simonetti, atual presidente do Conselho Federal da OAB, deve ser o quarto ocupante do cargo a ser reeleito. A possibilidade de reeleição na OAB Nacional é permitida pela Lei Federal 9.806/1994, a mesma que rege as seccionais da entidade nos estados, onde a recondução ocorre com frequência. Beto Simonetti deve ser o quarto presidente da OAB Nacional a ser reeleito. O ex- presidente nacional da OAB Bernardo Cabral (1981 a 1983), que foi deputado federal e relator- geral da Constituinte de 1988, diz confiar na reeleição de Simonetti e que o atual líder da advocacia jamais usou "do aval da omissão ou da cautela do silêncio, o que o credencia a não ser um pioneiro do nada ou um desbravador do inútil". A estudiosa Cléa Carpi, primeira mulher a receber a Medalha Rui Barbosa — principal honraria da advocacia brasileira —, afirma que Simonetti é credenciado a disputar a reeleição por sua "liderança firme à frente da nossa OAB e por seu compromisso com a defesa das prerrogativas constitucionais da advocacia e da cidadania, que o tornam merecedor deste reconhecimento." Outro jurista detentor da Medalha Rui Barbosa, Paulo Medina, que foi o relator-geral do atual Código de Ética da Advocacia, lembra o precedente do mineiro Fernando de Melo Viana, que presidiu a Ordem por três mandatos consecutivos, de 1938 a 1944. "Estou certo de que ele saberá honrar a missão que lhe está sendo confiada, em oportunidade rara na história da instituição", diz Medina. Outros presidentes reeleitos do Conselho Federal da OAB foram Levi Carneiro (1933 a 1938) e Raul Fernandes (1944 a 1948), ambos do Rio de Janeiro. O jurista Nabor Bulhões, também detentor da Medalha Rui Barbosa, avalia que a reeleição decorre dos resultados entregues por Simonetti em favor da classe que representa. "Com sua longa e consagrada presença no sistema da OAB, o presidente Beto Simonetti se credencia à reeleição da OAB Nacional pela sua notável e marcante liderança e atuação em prol da advocacia, das instituições jurídicas e do nosso Estado democrático de Direito", diz Bulhões. Os antecessores mais recentes de Simonetti também endossam sua recondução. "Em um momento de profunda divisão do país, Simonetti tem conduzido a OAB para a defesa do Estado democrático de Direito e dos valores constitucionais, sendo firme na proteção das prerrogativas dos advogados", diz Marcus Vinicius Furtado Coêlho (2013 a 2016). Claudio Lamachia (2016 a 2019) afirma que "a reeleição é legítima e deve servir aos interesses da advocacia, que é ter uma OAB combativa em favor das prerrogativas e distante da política partidária e das ideologias". Para Felipe Santa Cruz (2019 a 2022), "Beto Simonetti é um líder comprometido com as prerrogativas da advocacia e com a democracia no Brasil, como ele comprovou ao longo de sua gestão em diversos episódios desafiadores". TRANSPARÊNCIA Foi durante a gestão de Simonetti, em 2023, que o Supremo Tribunal Federal decidiu que a OAB não é obrigada a prestar contas ao Tribunal de Contas da União. O julgado foi comemorado pela Ordem, que considerava a sua vinculação ao TCU como um retrocesso na independência e autonomia de que goza para poder criticar e contestar os órgãos públicos e governantes quando avalia haver algum dano à advocacia e à sociedade. Na ocasião, o STF fixou a seguinte tese de repercussão geral: "O Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil não estão obrigados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União, nem a qualquer outra entidade externa". A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.182.189, com repercussão geral reconhecida (Tema 1.054). Prevaleceu no julgamento o voto do ministro Edson Fachin, que fez um resgate da história da entidade da advocacia. Ele relatou que a Ordem fora criada em 1930 por ato do presidente Getúlio Vargas, mas sem ser fruto de atuação estatal. O ministro ainda esclareceu que as anuidades não detêm natureza tributária e, para garantir que a entidade possa cumprir suas finalidades institucionais, ela não pode estar atrelada ao Estado. O Site do Conselho Federal disponibiliza, desde 2008, informações como balanço financeiro e patrimonial. As contas da entidade são sempre submetidas à aprovação do plenário, que é composto por 81 conselheiras e conselheiros federais eleitos pelo voto direto da advocacia — são três representantes de cada estado e do Distrito Federal. Além disso, a Ordem passa por auditoria independente, feita por grandes empresas do setor. Modelo democrático e consolidado A Lei Federal 9.806/1994 também estabelece o sistema eleitoral da OAB. Segundo a norma, as advogadas e os advogados de cada estado e do Distrito Federal escolhem, pelo voto direto, o presidente da seccional e os conselheiros federais e seccionais. Depois, os 81 conselheiros federais (três de cada estado e do Distrito Federal) elegem a diretoria responsável por conduzir o Conselho Federal, que é composta por presidência, vice-presidência, secretaria-geral, secretaria-geral adjunta e tesouraria. "O modelo eleitoral da OAB respeita os valores da Constituição Federal e tem as mesmas vantagens das demais instituições da República e da democracia, como assegurar o equilíbrio federativo e impedir a imposição de medidas por parte de um único Estado", explica o ex-presidente da OAB Marcus Vinicius Coêlho. Para concorrer ao cargo de presidente nacional da OAB, é preciso fazer a inscrição no período entre seis meses e um mês antes da data da eleição, apresentar o apoio de pelo menos seis seccionais e registrar uma chapa completa, com candidatas ou candidatos a todas as funções da diretoria. O não cumprimento desses quesitos acarreta o indeferimento da candidatura. A partir da gestão de Simonetti, iniciada em 2022, entraram em vigor regras que exigem a composição de ao menos 50% de mulheres e de 30% de negros ou pardos em todas as instâncias decisórias da entidade. A diretoria eleita em 2022, com Simonetti presidente, foi a primeira da história da OAB Nacional a seguir esses critérios. Neste ano, a chapa inscrita por Beto Simonetti tem o conselheiro federal □Felipe Sarmento, de Alagoas, que concorre ao cargo de vice-presidente; a conselheira □Rose Morais, de Sergipe, para o cargo de secretária-geral; a conselheira □Christina Cordeiro, do Espírito Santo, para secretária-geral-adjunta; e o conselheiro □Délio Lins e Silva Júnior, do Distrito Federal, para diretor-tesoureiro. Simonetti é advogado desde 2001. É formado em Direito pela Universidade Nilton Lins e pós-graduado em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Entre as diversas funções que exerceu no sistema OAB antes de assumir a presidência, estão a de conselheiro federal pela OAB-AM, secretário-geral do CFOAB, coordenador nacional do Exame de Ordem, diretor-geral da Escola Nacional de Advocacia e Ouvidor-Geral.POR :MÁRIO CHAER, é Diretor da Revista Consultor Jurídico e assessor de imprensa.FONTE: CONJUR DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025.

NOTICIA- PARA ALÉM DA CRÍTICA INFLUENCIADORA INDENIZARÁ ADVOGADO POR CHAMÁ-LO DE "DEMÔNIO" E "SUJO" JUIZ RECONHECEU DANO À IMAGEM E FIXOU INDENIZAÇÃO DE R$ 30 MIL. INFLUENCIADORA DIGITAL DEVERÁ PAGAR R$ 30 MIL POR DANOS MORAIS A ADVOGADO APÓS PUBLICAR POSTS EM REDES SOCIAIS CHAMANDO-O DE "DEMÔNIO" E "SUJO". JUIZ VALDIR DA SILVA QUEIROZ JUNIOR, DA 9ª VARA CÍVEL DE SÃO PAULO/SP, CONSIDEROU QUE AS OFENSAS ULTRAPASSARAM O DIREITO À CRÍTICA, ATINGINDO A HONRA E A REPUTAÇÃO DO ADVOGADO. O CASO - UM ADVOGADO AFIRMOU TER SIDO ALVO DE ATAQUES CONSTANTES E INJUSTIFICADOS POR PARTE DE UMA INFLUENCIADORA DIGITAL, QUE O CHAMOU DE "DEMÔNIO", "ADVOGADO SUJO", "BAIXO" E "DE QUINTA", ALÉM DE FAZER COMENTÁRIOS JOCOSOS SOBRE SUA SEXUALIDADE E INSINUAR INFRAÇÕES ÉTICAS E CRIMINOSAS, O QUE TERIA PREJUDICADO SUA IMAGEM PESSOAL E PROFISSIONAL. A INFLUENCIADORA ALEGOU QUE SUAS PUBLICAÇÕES ERAM INFORMATIVAS, SEM MENCIONAR O ADVOGADO DIRETAMENTE, E QUE, COMO FIGURA PÚBLICA, ELE ESTARIA SUJEITO A CRÍTICAS. NEGOU PERSEGUIÇÃO E AFIRMOU EXERCER SUA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, ALÉM DE QUESTIONAR A VALIDADE DAS PROVAS APRESENTADAS. JUIZ CONDENA INFLUENCIADORA QUE OFENDEU ADVOGADO EM REDES SOCIAIS. DECISÃO - NA AVALIAÇÃO DO JUIZ, AINDA QUE O NOME DO ADVOGADO NÃO TENHA SIDO CITADO, AS POSTAGENS PERMITIAM SUA IDENTIFICAÇÃO. "AMIGOS E CONHECIDOS MAIS PRÓXIMOS COM NOÇÃO DO OCORRIDO PODERIAM FACILMENTE ASSOCIAR OS COMENTÁRIOS AO AUTOR. E TAL RECONHECIMENTO TORNOU-SE CONSUMADO, CONFORME AS MENSAGENS ENVIADAS AO AUTOR PERGUNTANDO DO QUE SE TRATAVA [---] QUALQUER UM DOS MAIS SESSENTA MIL SEGUIDORES DA RÉ, EM SIMPLES BUSCA NA INTERNET, PODERIA DESCOBRIR DE QUEM ELA ESTAVA FALANDO. O MAGISTRADO ENTENDEU QUE AS PUBLICAÇÕES ULTRAPASSARAM OS LIMITES DO ACEITÁVEL. "AS OFENSAS PROFERIDAS EXTRAPOLAM O ACEITÁVEL OU PERMITIDO E PASSAM A CONFIGURAR, NESSE CASO, DANO À IMAGEM DO AUTOR. NÃO BASTASSE ISSO, A RÉ AINDA TECEU COMENTÁRIOS JOCOSOS QUANTO À SEXUALIDADE DO AUTOR." PARA O JUIZ, "HOUVE PREJUÍZO À IMAGEM PESSOAL E PROFISSIONAL DO AUTOR, COM INSINUAÇÃO DE INFRAÇÕES ÉTICAS E ATÉ MESMO CRIMINOSAS, AS QUAIS FEREM SUA REPUTAÇÃO". DIANTE DISSO, CONSIDEROU CONFIGURADO O ATO ILÍCITO, NOS TERMOS DO ART. 186 DO CÓDIGO CIVIL, E FIXOU A INDENIZAÇÃO EM R$ 30 MIL. PROCESSO: 1116450-97.2023.8.26.0100. OBS! TEXTO COPIADO DO LINK: HTTPS://WWW.MIGALHAS.COM.BR/QUENTES/423931/INFLUENCIADORA- INDENIZARA-ADVOGADO-POR-CHAMA-LO-DE-DEMONIO-E-SUJO, FONTE: INFORMATIVO MIGALHAS Nº. 6032 DE 04/02/2025.

NOTÍCIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONVÊNIOS- - R-E-L-A-Ç-Ã-O D-O-S C-O-N-VÊ-N-I-O-S E PRESTAÇÃDE DE SERVIÇO -PARA O O SEU CELULAR- COM ATENDIMENTO À DOMICILIO A FIRMA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DECELULAR, ATENDE AO SEU CHAMADO. BASTA TELEFONAR PARA (810 8735.0443 E 9521.4278- OU NA RUA DR. AMARO PEDRO S/N BAIRRO DE SANTO ANTONIO – RECIFE/PE- AO LADO DA CAIXA ECONÔMICA- GUARARAPES, -BOX 1. FALAR COM 2RICARDO JOÃO DO NASCIMENTO. CONVÊNIO COM ÓTICA - "PONTO ÓPTICO"- RUA GERVÁSIO PIRES , 134 – BOA VISTA RECIFE- FONE/FAX (81) 3421.1153- E-MAIL: EMPRESAPONTOOPTICO@HOTMAIL.COM EMPRESAPONTOOPTICO@HOTMAIL.COMQUE OFERECE BONS DESCONTOS AOS ADVOGADOS- VISITE PARA MELHOAR SUA VISÃO CONVÊNIO COM DICCA CURSOS - O SINDICATO FIRMOU CONVÊNIO. HORÁRIO. TELS. 99785744 /8514.3965. CONVÊNIO GRÁFICA E EDITORA REAL LTDA –RUA DA AURORA, 573 LOJA 04 EDF. CAETÉS. BOA VISTA. FONE: 3222.4266. DESCONTO DE 10%. CONVÊNIO CLÍNICAODONTOLÓGICA – DRA, CLÁUDIA GUERRA-CONSULTORIO –CLÍNICA GERAL- RUA NOVA, 225 – 4º ANDAR SL. 404-EDF. SOLIMÕES. ENTRADA PELA RUA DA FLORES – SANTO ANTONIO – RECIFE- - TELS: 3028..33331 /87 95.2366 – DESCONTOS PARA OS FILIADOS DO SINDAPER. PREPARATÓRIO PARA CONCURSOS. POR APENAS R$ 200,00 MENSAIS (TARDE/NOITE) – AV. MONTEVIDÉU, 96. ABATIMENTO DE 15% PARA ADVOGADOS -FONE 3038.0172/3039.2693- EMAIL.CONTATO@DICCACURSOS.COM.BR CONVENIO COM A COPIADORA E GRÁFICA RÁPIDA-END. RUA ENGENHO UBALDO GOMES DE MATOS, 27 – SANTO ANTONIO –RECIFE-PE- TELES. 3082.51.02 // 9963.6966. –DESCONTO DE 10% EM TODOS OS SERVIÇOS.CONVENIO COM O TAPETES DE 8VINIL PERSONALIZADO- RESPONSÁVEL ELINE FELIPE – FONES: 9241.0417 // 8762.2995- DESCONTO DE 10% . CONVÊNIO CLINICA PSICOTERAPEUTICA ASSOCIADOS DO RECIFE- E- CLINICA PSICANALITICA SONIA COELHO AMBAS NA RUA DO RIACHUELO 325 SALA 217 – BOA VISTA. COM 20 % ABATIMENTO PARA OS FILIADOS DO SINDAPER. CONVÊNIO O SINDICATO FIRMOU CONVÊNIO COM A ACADEMIA ATENAS – VÁRIAS MODALIDADES DE GINÁSTICAS. LOCALIZADA NA RUA PRUDENTE DE MORAIS, 92- FONE: 3242.4727- HIPÓDROMO/CAMPO GRANDE-RECIFE. O FILIADO AO SINDICATO GOZA DE ABATIMENTOS DE 20% CONVÊNIO COM A OTICA SMONTE SINAI – COM ENDEREÇO NA AV. GUARARAPES, 86 – BAIRRO SANTO ANTONIO- RECIFE. TEL 3224.1455- COM ABATIMENTO DE 20 % A 30% EM QUALQUER TIPO DE ÓCULOS DE GRAU E ESPORTIVOS PARA CRIANÇAS E ADULTOS, LENTES DE CONTATO. COM ENTREGA RÁPIDA.CONVÊNIO CLÍNICA PSICOLÓGICA – DRA. JEANINE VALENÇA CAVALCANTI – RUA RIACHUELO, 105 S/908 – BOA VISTA. NAS 2ª, 3ª E 4ª FEIRAS. MARCAR.

Tempo hoje em Recife

26°
22°

DM - Dolar hoje

Dólar Comercial : 5,1620

Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989
3224-6967/3424-6967
(81) 99871-0165